



PLANO DE ACTIVIDADES DA USL 2017

ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO	2
2 - ORGANIZAÇÃO	3
3 – ACÇÃO REIVINDICATIVA/CONTRATAÇÃO COLECTIVA	6
4 – EMPREGO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL	8
5. DEFENDER E REFORÇAR AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO	9
6 – COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E PROPAGANDA SINDICAL	12
7 – ÁREAS ESPECÍFICAS DE INTERVENÇÃO SINDICAL	13
8. TEMPOS LIVRES	16
9. RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	17

1 – INTRODUÇÃO

Em linha com o quadro de análise e as conclusões do 11º Congresso da USL e com o que delineámos no Plano de Actividades para 2016. Confirma-se a importância da derrota do PSD e do CDS-PP nas Eleições Legislativas de 4 de Outubro de 2015 e o seu afastamento definitivo do Governo, para o qual foi fundamental e decisiva a prolongada e conseqüente luta travada pelos trabalhadores e os seus sindicatos de classe.

Confirmou-se e confirma-se que os trabalhadores e o povo não estavam condenados à política de exploração e empobrecimento, ao aumento das desigualdades e injustiças sociais e que um outro rumo para o nosso país é possível.

A nova composição da Assembleia da República e a base encontrada para a constituição de um governo minoritário do Partido Socialista, confirmou e confirma a possibilidade de reverter a política de cortes nos salários, pensões e direitos do Governo do PSD/CDS-PP e da Troika e encetar uma política de reposição de rendimentos e direitos.

Neste novo quadro, a luta dos trabalhadores reafirmou-se como decisiva para a obtenção de importantes avanços, nomeadamente a reposição dos salários e das 35 horas de trabalho semanal aos trabalhadores da Administração Pública, a devolução dos quatro feriados roubados, a redução progressiva da sobretaxa do IRS com vista à sua eliminação, o aumento do salário mínimo nacional, a reversão das privatizações das empresas públicas de transportes e a não publicação de avisos de caducidade das convenções colectivas, a gratuidade dos manuais escolares para o primeiro ciclo, a redução do valor das taxas moderadoras na saúde, entre outras medidas positivas.

MANTER E REFORÇAR A EXIGÊNCIA DE UMA EFECTIVA MUDANÇA DE POLÍTICA!

No quadro actual, importa ter presente a exigência de uma posição firme e determinada face às ingerências e chantagens das forças do grande capital, externas e internas, ávidas de recuperar o seu domínio e os seus privilégios, utilizando para isso todos os meios ao seu alcance.

É nessa linha que surgem as constantes ingerências e ameaças das instituições da União Europeia por via, designadamente, do chamado Semestre Europeu, do Programa de Estabilidade e das regras do Tratado Orçamental, do controle do défice e da dívida pública.

A estas ameaças e chantagens há que contrapor a exigência efectiva de uma ruptura com as políticas do passado e de encontrar as respostas adequadas que assegurem a manutenção do caminho de recuperação de rendimentos e direitos, que valorizem o trabalho e os trabalhadores, de defesa e melhoria dos serviços públicos e de valorização das funções sociais do estado.

DAR MAIS FORÇA À ACÇÃO E À LUTA REIVINDICATIVA!

Sendo, para isso, necessário apostar decisivamente no reforço da nossa presença nas empresas e locais de trabalho, abandonar definitivamente a retórica e passar à acção concreta, ao trabalho planificado, à definição de objectivos e controle de execução.

Tal como definimos e aprovámos no 11º Congresso da USL, é nos locais de trabalho que os trabalhadores tomam consciência da exploração, que se desencadeia o conflito laboral e a acção e luta reivindicativa, é a partir de lá que a consciência de classe e a luta de massas se ampliam e desenvolvem. É nos locais de trabalho que se concentram e se sindicalizam os trabalhadores, onde se recrutam os quadros para o reforço dos diferentes níveis da estrutura sindical.

O ano de 2017 será, pois, um ano de continuidade e afirmação da luta dos trabalhadores enquanto factor decisivo para consolidar a reposição e abrir caminho à conquista de direitos, pelo

que o seu reforço e ampliação devem ser assumidos como uma prioridade central a desenvolver pelo MSU em geral e no Distrito de Lisboa em particular.

Neste sentido, assumem particular importância as acções já decididas e anunciadas pela CGTP-IN, nomeadamente: a Campanha pelo Aumento dos Salários e o conjunto de iniciativas que visam a dinamização da Campanha Nacional Contra a Precariedade, como é o caso do “Roteiro Contra a Precariedade”, que se pretende venham a constituir momentos importantes na mobilização de jovens trabalhadores, para a Jornada do dia 28 de Março.

Estes, são importantes desafios que neste arranque do ano se colocam aos sindicatos e a todas as estruturas do MSU. Um caudal de acção e de luta que crie as condições para a realização de um grande 1º de Maio, para isso é indispensável que se comece desde já a sua preparação com a elaboração de planos de acção para as empresas e locais de trabalho que fixem como objectivo a participação organizada dos trabalhadores.

A consolidação da recuperação e conquista de direitos tem forçosamente que constituir uma clara e inequívoca afirmação dos trabalhadores neste **1º de Maio de 2017, uma grande demonstração de unidade e da força da luta dos trabalhadores.**

2 - ORGANIZAÇÃO

O momento político e social que atravessamos coloca a necessidade de aprofundar o desenvolvimento da acção sindical integrada, com uma nova dinâmica para reforçar a capacidade de intervenção e a organização dos sindicatos para a obtenção de melhores resultados.

Neste quadro considera-se fundamental:

2.1. Na Organização Sindical

Planificação, acompanhamento e avaliação – Acção Sindical Integrada

Considerando os princípios e métodos de trabalho assumidos por toda a estrutura do MSU no quadro da Acção Sindical Integrada e sendo o Local de Trabalho o espaço privilegiado da intervenção dos sindicatos impõe-se que esta intervenção seja discutida colectivamente nos órgãos dos sindicatos, planificada, acompanhada e avaliada regularmente. Isto implica, cada vez mais, o empenhamento militante e a responsabilização de todos os quadros e activistas sindicais.

Identificar prioridades e definir objectivos

Importantes passos foram dados nos últimos tempos, embora não generalizados. As resistências, desvalorização e secundarização de algumas fases do processo são uma realidade que importa ultrapassar, assim, e para concretizar os compromissos assumidos no 11º Congresso da USL, importa ter presente as linhas de intervenção traçadas para que seja assumida plenamente a Acção Sindical Integrada, nomeadamente:

- Identificar as Prioridades para a intervenção – empresas ou serviços, locais de trabalho;
- Conhecer a realidade em que vamos intervir – fazendo o levantamento dos problemas, preocupações e reivindicações dos trabalhadores;
- Definir os Objectivos a atingir;
- Planificar o tipo de Intervenção;
- Identificar o/a (s) responsáveis pela execução;
- Acompanhar, Avaliar e Divulgar os Resultados Obtidos.

2.1.1. Reforçar a Organização Sindical de Base

Dando sequência às decisões aprovadas no Congresso da USL, na área do reforço da organização sindical de base colocam-se como metas a atingir em 2017:

- Sindicalizar mais 7.000 trabalhadores
- Eleger mais 500 novos Delegados Sindicais
- Eleger 100 Representantes dos Trabalhadores para a SST no distrito.

Considerando a importância que assume a sindicalização para o reforço dos sindicatos e do MSU, é fundamental imprimir uma dinâmica de sindicalização por sector, definindo metas, seleccionando empresas e locais de trabalho, para a realização de acções especificamente dirigidas, com este objectivo.

Para que a USL realize um trabalho constante de acompanhamento e avaliação permanente dos Resultados obtidos, é imprescindível que os sindicatos, com a regularidade trimestral que ficou definida no último Congresso da USL, façam chegar a informação da evolução registada.

Intervenção sindical articulada em zonas/espacos inter-sectoriais

Quanto aos Grupos Económicos, Parques Industriais e Espaços de Serviços, onde empresas de vários ramos de actividade se cruzam e onde diversos sindicatos intervêm, de acordo com a discussão e as decisões assumidas no 11º Congresso da USL, é importante promover o cruzamento de informação e a intervenção coordenada e articulada (de quadros e meios), sem colidir com a autonomia e capacidades de cada sector.

Para programar e desenvolver esta linha de trabalho, propõe-se:

- Efectuar reuniões com os sindicatos tendo em vista a elaboração de planos de trabalho;
- Continuar a discutir uma base de intervenção coordenada em zonas industriais e zonas de intervenção de vários sindicatos, com especial importância para a Plataforma Logística Lisboa Norte -Azambuja e o Aeroporto de Lisboa.
- A criação de Grupos de Intervenção Sindical nos principais centros comerciais do distrito.
- Promover, com os sindicatos, em locais de trabalho onde intervêm vários sindicatos acções de contacto e esclarecimento dos trabalhadores, chamando a sua atenção para a importância de estarem sindicalizados.

2.1.2. Direcção, articulação e acompanhamento do trabalho sindical no Distrito:

A USL tem o papel de dirigir e acompanhar o trabalho sindical no Distrito. A USL, no conjunto de todos os sindicatos filiados, compromete-se:

- A partir dos quadros do Secretariado Permanente da USL, reforçar a participação nas reuniões dos órgãos dos sindicatos para uma abordagem mais profunda sobre as questões relacionadas com a área de organização e de conhecimento e acompanhamento mais próximo da acção reivindicativa em desenvolvimento e do reforço da organização sindical.

2.2. FORMAÇÃO SINDICAL

A formação sindical assume hoje em dia um papel fundamental enquanto ferramenta de trabalho indispensável para a preparação e valorização de todos os quadros sindicais, aos mais diversos níveis da estrutura, considerando nomeadamente o seu desempenho nos locais de trabalho, no contacto directo com os trabalhadores.

Tendo em conta as dificuldades manifestadas por diversos sindicatos quanto às condições para a sua organização, a USL propõe-se em 2017, em conjunto com o Departamento de Formação da CGTP-IN:

- Promover acções de formação sindical com a participação dos sindicatos contribuindo deste modo para o fortalecimento do desempenho da estrutura ao nível das empresas e dos locais de trabalho.

2.3. DESCENTRALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL/DELEGAÇÕES SINDICAIS

A USL, no quadro da sua acção no Distrito continua a considerar de grande importância a existência de Delegações Sindicais. No entanto, por dificuldades de vária ordem, nomeadamente por questões económicas, actualmente existem apenas a funcionar, as Delegações Sindicais de Sintra e Vila Franca de Xira que são coordenadas pela USL sendo no entanto e como sempre da responsabilidade dos sindicatos que as integram a sua manutenção.

Os trabalhadores precisam dos Sindicatos junto dos locais de trabalho, mais próximos dos seus problemas e aspirações.

O reforço do trabalho sindical a partir das Delegações deve por isso ser encarado pelos sindicatos como uma forma de melhorar a eficácia da sua acção e o acompanhamento de mais locais de trabalho e de chegar junto de mais trabalhadores.

No ano de 2017 a USL vai trabalhar, nomeadamente para:

- Continuar a insistir junto dos sindicatos, no sentido do reforço e alargamento da sua acção a partir das Delegações Sindicais.
- Uma maior divulgação da existência das Delegações e o seu horário de atendimento;
- Que os sindicatos atribuam a dirigentes sindicais o acompanhamento a cada Delegação;
- Que os sindicatos cumpram com a sua quota-parte nas despesas de cada Delegação;
- Que outros sindicatos integrem a descentralização e as Delegações Sindicais;
- Promover uma acção de formação sindical na Delegação de Vila Franca de Xira e outra na Delegação de Sintra.

2.4. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Na sequência das conclusões do 11º Congresso da USL/CGTP-IN que reafirmou as linhas programáticas com orientações e objectivos nesta importante frente de trabalho sindical.

A USL para o ano de 2017, considera ser indispensável, nomeadamente:

- Manter o acompanhamento aos sindicatos em termos do cumprimento das obrigações estatutárias do MSU, propondo para o efeito, a realização de reuniões específicas para discutir esta matéria com os sindicatos, nomeadamente com aqueles que se encontram em situações de incumprimento.
- Proceder à realização de Protocolos com sindicatos que se encontrem na situação referida no ponto anterior e tenham situações de dívidas para com a USL, no sentido de as regularizar;
- Adoptar medidas para a redução dos gastos internos com a aquisição de bens e serviços; as comunicações; a impressão de documentos; nas deslocações e estadas e pela utilização

preferencial do transporte público, sempre que possível. Assim como procurar ter presente o aproveitamento das potencialidades dos recursos humanos do MSU.

2.5. SERVIÇOS COMUNS

No âmbito do SIDIL, concluído o processo moroso e difícil da renegociação com os sindicatos, do protocolo sobre o funcionamento deste importante serviço comum, estamos agora em condições de avançar para a sua implementação, nomeadamente:

- Procedendo à eleição e instalação dos órgãos de Direcção, Controlo e Acompanhamento Técnico;
- Organizar, de acordo com o que ficou estabelecido, uma acção de formação sobre o funcionamento do SIDIL, no 1º trimestre de 2017.

No âmbito da contabilidade (nomeadamente no apoio aos sindicatos na feita deste serviço), a situação actual é caracterizada pela existência de diferentes formas da sua prestação.

No entanto, a USL continuará a prestar apoio neste serviço a um significativo conjunto de sindicatos, pelo que, à imagem do que foi feito em relação ao SIDIL, deve promover-se uma discussão sobre o seu funcionamento actual e sobre o que se deve estabelecer para o seu funcionamento futuro. Neste sentido, a USL compromete-se a:

- Realizar no 1º semestre de 2017 um processo de discussão com os sindicatos sobre esta matéria.

2.6. CASA SINDICAL DE LISBOA

A complexidade de que se tem revestido o processo de negociações com a CML, para a compra do edifício municipal sito na Av. Álvares Cabral nºs 15 a 21 e que actualmente está arrendado à USL, conduziu ao seu arrastamento até ao presente.

Precisamente nesta altura em que estamos a elaborar a presente proposta de Plano de Actividades, o processo está muito próximo de estar concluído, estando inclusive marcada para a 1ª Semana de Janeiro uma reunião com o Presidente da CML, que tudo indica seja para a conclusão final deste processo.

A confirmar-se este desfecho positivo, tal significa que **2017 será o ano do arranque definitivo da instalação da CASA SINDICAL DE LISBOA.**

3 – ACÇÃO REIVINDICATIVA/CONTRATAÇÃO COLECTIVA

3.1 ACÇÃO E LUTA REIVINDICATIVA

O reforço da acção e da luta reivindicativa através de uma forte campanha de reivindicações directas a apresentar ao Governo e ao patronato nas empresas, em articulação com o fortalecimento e alargamento da organização sindical de base. Constitui uma direcção de trabalho imprescindível para a afirmação dos sindicatos e o alargamento da sua capacidade de organização, intervenção e influência nos locais de trabalho, factor de participação e unidade dos trabalhadores para o desenvolvimento da luta pelos salários, pela defesa e efectivação dos direitos e pela melhoria das condições de trabalho.

A definição e implementação de medidas que, integradas numa acção conjunta, articulando meios e recursos existentes, potenciem e dinamizem a acção sindical integrada e a luta reivindicativa na região, nos sectores público e privado, em mais serviços, mais empresas e mais locais de trabalho envolvendo mais trabalhadores.

Neste sentido, a USL em 2017 continuará empenhada na luta, pela concretização dos seguintes objectivos:

- O Aumento real dos salários e do salário mínimo nacional para 600 euros
- A fixação progressiva dos horários de trabalho nas 35 horas para todos os trabalhadores.
- O combate à desregulamentação dos horários de trabalho.

São ainda objectivos:

- Avaliar o ponto de situação da questão dos trabalhadores credores de dívidas decorrentes de processos de insolvência, desenvolvendo as acções de luta necessárias pela sua resolução.
- Contribuir para a organização e Dinamização da luta dos trabalhadores desempregados, articulando este trabalho com o Movimento de Trabalhadores Desempregados

3.1.2. Defender e exercer os direitos dos trabalhadores

Um dos aspectos centrais da política de exploração e empobrecimento, imposta por sucessivos governos, é a redução do custo do trabalho e o enfraquecimento ou anulação dos direitos, individuais e colectivos dos trabalhadores. As sucessivas revisões do Código do Trabalho, a precariedade do emprego, o incumprimento patronal, o bloqueamento da contratação colectiva têm este objectivo.

A USL assume como prioridades para a sua intervenção em 2017 a valorização do trabalho nas suas múltiplas dimensões: os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e a sua efectivação, a melhoria das condições de trabalho.

Impondo-se nomeadamente:

- **A revogação das normas gravosas que integram o Código do Trabalho e a legislação laboral da Administração Pública;**
- **A efectividade dos direitos consagrados nas normas legais e contratuais**, o que exige: a adopção de medidas e a dotação de meios que melhorem o funcionamento da ACT e dos Tribunais de Trabalho;

3.2 Assegurar o direito de contratação colectiva

Repor o direito de contratação colectiva, tal como é consagrado na Constituição, constitui um objectivo estratégico da CGTP-IN, nesse sentido impõe-se:

- **A efectivação do direito de contratação colectiva**, o que passa por revogar as normas do Código do Trabalho que fragilizaram a negociação da contratação colectiva e os direitos dos trabalhadores;
- **A publicação das portarias de extensão das convenções colectivas**, cuja larga maioria foi suspensa desde meados de 2011.
- **A reposição na Lei do princípio do tratamento mais favorável.**

4 – EMPREGO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

4.1 Emprego de Qualidade contra a Precariedade e o Desemprego

A USL entende que a criação de emprego de qualidade passa por uma nova política, que trave as privatizações, relance o sector produtivo, associado a estas medidas deve haver uma reorientação da política económica para a efectivação dos direitos e a segurança no emprego tal como está consagrado na Constituição da Republica Portuguesa, nesse sentido é urgente alteração da legislação do trabalho e a sua fiscalização.

A USL entende que é fundamental:

- **Promover o investimento** e o consequente desenvolvimento do sector produtivo de bens, substitutivos das importações o que determinará o crescimento do emprego e da riqueza do país e da região;
- **Travar e reverter processos de privatização**, de modo a manter no domínio do Estado empresas que são fundamentais para a dinamização da economia e para a prestação de serviços públicos essenciais às populações.
- **Revogar a legislação que facilita a precarização** dos vínculos laborais e as matérias gravosas do código do trabalho e da lei geral do trabalho em funções públicas.

4.2 Combate ao desemprego

Estima-se que o número real de desempregados e subempregados é bastante superior aos que vão sendo divulgados oficialmente, se contabilizarmos os desencorajados, o subemprego a tempo parcial, os desempregados em CEI's ou em programas de estágios e os inactivos indisponíveis que procuram emprego, temos 1 milhão e 72 mil pessoas afectadas a nível nacional.

Na região de Lisboa, mais de 300 mil pessoas estão impedidas de trabalhar total ou parcialmente, correspondendo a uma taxa real de desemprego de 21,5%.

Neste sentido, temos que continuar a exigir e a lutar:

- **Por uma política que assegure o desenvolvimento económico e social** assente na valorização do trabalho, dos trabalhadores e do emprego enquanto elementos essenciais e centrais para a dinamização da economia da região;
- **Pela promoção do emprego estável e com direitos**, associada ao combate à precariedade, e à prevenção do desemprego. Pela adopção de políticas que garantam a criação de postos de trabalho efectivos;
- **Pelo direito à protecção social no desemprego** a revogação da redução de 10% no montante do subsidio de desemprego passados 6 meses sobre o inicio da sua atribuição, bem como a extensão da protecção social a todos os desempregados.

4.3 Combate à Precariedade

O combate à precariedade do emprego exige uma estratégia concertada por parte de todo o MSU. Sendo esta em primeira mão uma responsabilidade directa dos sindicatos, a USL tem procurado, através da realização de iniciativas em articulação com os sindicatos dos sectores público e

privado, contribuir para a divulgação e dinamização no Distrito de Lisboa da Campanha Nacional Contra a Precariedade.

No âmbito das chamadas políticas activas de emprego é preciso acabar com os apoios à contratação a prazo, no preenchimento de postos de trabalho permanentes através dos estágios ou dos CEI (contractos emprego inserção), situação abusiva e inaceitável na administração pública e nas entidades sem fins lucrativos;

Uma das prioridades da acção sindical a desenvolver pela USL em 2017 é reforçar e ampliar a luta contra a precariedade a partir dos sectores/empresas e locais de trabalho.

Nesse sentido, a USL assume nomeadamente:

- Realizar uma iniciativa no mês de Fevereiro com impacto público em local a definir, sob o lema “ PRECARIIDADE, NÃO É FUTURO É PASSADO!” Em moldes a articular com os sindicatos, com o objectivo de que esta venha a ser posteriormente replicada junto das empresas e dos locais de trabalho.
- Dar um forte impulso no âmbito do Distrito para a concretização da iniciativa já decidida pela CGTP-IN definida como **Roteiro Contra a Precariedade, a realizar durante o 1º trimestre de 2017**, em articulação com os sindicatos do Distrito, na organização e realização de plenários, paralisações e acções de rua, que confluam para o dia 28 de Março (Dia Nacional da Juventude), com a mobilização dos trabalhadores em geral e dos jovens em particular.
- Continuar a dar corpo à Campanha Nacional de Contra à Precariedade – Pelo emprego com direitos, dando seguimento ao plano da Campanha no Distrito com o acompanhamento dos planos de trabalho em curso e potenciando novas dinâmicas de acção e intervenção.

5. DEFENDER E REFORÇAR AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO

É responsabilidade do Estado satisfazer as necessidades sociais e colectivas, de acordo com os princípios da Universalidade, Solidariedade e justiça social, conforme inscrito na nossa Constituição da Republica Portuguesa.

A reconfiguração do Estado levada a cabo pelos sucessivos governos ao serviço do capital nacional e transnacional, contribuíram para a degradação das Funções Sociais do Estado e de destruição dos direitos dos seus trabalhadores, que urge travar e inverter.

Assim, a USL irá continuar a desenvolver acções que visem:

5.1. SAÚDE

Em Lisboa, uma grande parte da população continua com graves problemas no acesso ao SNS, devido ao desinvestimento que se verificou nos últimos anos, designadamente dos cuidados de saúde primários e nos hospitais com a escassez de profissionais de saúde, SAP's e falta de equipamentos.

Prosegue o desmantelamento de Hospitais do SNS, com encerramento de serviços e camas e a entrega dos cuidados Paliativos e continuados ao sector privado. Agravando-se a capacidade de resposta e a qualidade dos serviços prestados à população.

A União dos sindicatos de Lisboa, irá continuar a bater-se e a desenvolver as acções de luta que vier a considerar necessárias, por iniciativa própria, ou em conjunto com as várias organizações que constituem e Plataforma Lisboa em Defesa do SNS, no sentido de:

Exigir medidas concretas por parte do Ministério da Saúde e do Governo, que:

- Acabem de vez com a política de encerramento de Serviços/especialidades do Serviço Nacional de Saúde;
- Garantam a contratação imediata do número de trabalhadores necessários ao bom funcionamento do SNS e regularizem a situação de milhares de vínculos de trabalho precário;
- Assegurem o direito de todos à saúde o que requer o acesso de todos ao médico e ao enfermeiro de família. E o reforço da Rede Pública de Cuidados Continuados;
- Garantam a não criação de qualquer parceria público privado e a abolição deste estatuto nas unidades hospitalares onde está em aplicação. Acompanhando de perto a situação do Hospital de Cascais que está em processo de definição sobre o futuro da Parceria público-privada.

5.2. EDUCAÇÃO

Continua-se a assistir e, em particular no Orçamento de Estado, a um desinvestimento na educação, sufocando ainda mais um sector que nos últimos anos tem sido alvo de ataques ao seu carácter público e de qualidade.

Só a Escola Pública pode garantir em igualdade de oportunidades o sucesso educativo e a formação integral dos indivíduos.

Para isso, é urgente e necessário a criação de uma rede pública de creches e o alargamento da rede pública de jardins-de-infância, a diminuição do número de alunos por turma, a contratação de mais trabalhadores (professores, técnicos, assistentes operacionais, assistentes técnicos e outros profissionais especializados nesta área), facilitando as aprendizagens, criando condições para o sucesso escolar, reduzir o valor das propinas no ensino superior e aumentar a oferta de disciplinas no horário nocturno, bem como valorizar a educação e formação de adultos.

Na Defesa da Escola Pública de qualidade e inclusiva, a USL considera indispensável:

- O abandono definitivo do processo de municipalização e a concretização por parte do estado das obras nas escolas, assim como um verdadeiro plano de manutenção da rede escolar do distrito, assegurando as condições de segurança e saúde de trabalhadores e alunos;
- Apoiar as campanhas em defesa da Escola Pública de qualidade e a criação de condições de combate ao insucesso e abandono escolar;
- Disponibilizar os apoios necessários para as crianças com necessidade educativas especiais;
- Reverter o modelo de gestão para que as escolas sejam geridas por órgãos colegiais e não unipessoais.

5.3. SEGURANÇA SOCIAL

Reforçar a segurança Social pública, solidária e Universal é apoiar a concretização dos valores de solidariedade laboral e da solidariedade entre gerações; na salvaguarda do rendimento face aos riscos laborais e sociais; da maternidade e paternidade; na velhice; na diminuição da pobreza e da exclusão social

A sustentabilidade da Segurança social enquanto direito de todos os portugueses, é inseparável do crescimento e desenvolvimento económicos, impõe a adopção de medidas de curto médio e longo prazos que assegurem as fontes de financiamento, a reposição de direitos alicerçada no papel central do Sistema Público de Segurança Social enquanto instrumento de redistribuição do rendimento nacional.

Para a USL é fundamental defender a Segurança social, para isso é necessário:

- Diversificar as fontes de financiamento;
- Melhorar o acesso às prestações sociais;
- Rever o regime de protecção no desemprego nomeadamente na eliminação dos factores de redução do valor das prestações que foram introduzidos e pela alteração do regime de acesso ao subsídio social de desemprego, de modo a permitir uma maior cobertura dos trabalhadores com vínculos precários, bem como prolongar o tempo de concessão deste subsídio;
- Alargar o direito Universal ao Abono de Família ao abono pré natal a todas as crianças e jovens
- Revogar as medidas legislativas de que resultam o aumento da idade da reforma e a redução do valor das pensões.

5.4. CULTURA

Os cortes generalizados no investimento público na Cultura levaram ao agravamento das condições de trabalho dos trabalhadores deste sector.

Nos últimos anos cresceu o número de trabalhadores em situação de desemprego, alastrou-se a precariedade, o sub-desemprego e o trabalho gratuito. Aumentou o número de empresas com salários em atraso e aumentaram os horários de trabalho havendo várias áreas onde se ultrapassa as 12 horas de trabalho.

Em 2017 é objectivo da USL manter a parceria com o Manifesto em Defesa da Cultura e com a Plataforma “Cultura em Luta” na luta pelo cumprimento da Constituição, cumprindo o direito do povo à livre criação e fruição cultural.

Assim, a USL considera necessário:

- Aumento do investimento do Estado na cultura, nomeadamente com a concretização da verba de 1% do Orçamento de Estado para a Cultura;
- Defesa de um serviço Público de Cultura que garanta o acesso de todos à cultura.

5.4. SERVIÇOS PÚBLICOS / SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

A USL considera fundamental que as empresas que são determinantes para a coesão social, territorial e o desenvolvimento do país, nomeadamente no sector financeiro, da energia, das comunicações e telecomunicações, dos transportes, dos resíduos sólidos e da água, devem manter-se na esfera Pública e sob a tutela do Estado.

A política de direita levada a cabo por sucessivos governos e a ingerência de estruturas internacionais (FMI, UE, BCE) através do pacto de agressão, levaram há quase destruição do SEE, retirando ao controlo do Estado importantes alavancas económicas, criando a degradação dos serviços prestados às populações e aumentando a exploração dos trabalhadores.

Hoje a generalidade das empresas está privatizada e entregue a grandes grupos nacionais e estrangeiros. Tal facto implica a avaliação, a discussão e a exigência da revitalização e recuperação do SEE.

Neste quadro, a USL considera importante na sua acção para 2017 sobre esta matéria, nomeadamente:

- Continuar a apoiar e a promover a solidariedade aos trabalhadores de todas as empresas envolvidas em processos de privatização e de concessão.
- Nos transportes públicos, que assumem no distrito de Lisboa uma importância vital para a qualidade de vida da população e trabalhadores no Distrito, nomeadamente na conciliação entre a vida profissional e familiar, a USL vai continuar em conjunto com os sindicatos do sector, movimento de utentes e outras organizações, a luta por um Serviço Público de transportes para todos. Valorizando as importantes vitórias alcançadas com a luta dos trabalhadores, como foram os casos da CARRIS e do METRO.
- O reforço da participação do Estado nas empresas de diversos sectores que são essenciais à economia e para a produção de bens públicos.

6 – COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E PROPAGANDA SINDICAL

A Informação e comunicação são instrumentos fundamentais de acção para a divulgação da nossa actividade e das nossas opiniões, para o reforço da nossa organização e dinamização da nossa luta junto dos trabalhadores e da população em geral.

Todos os meios ao nosso alcance (os plenários; as tarjetas; as faixas de rua; os carros de Som; os SMS; os emails; as news letter; as redes sociais a página da USL) são importantes e complementam-se na divulgação e mobilização dos trabalhadores.

A União dos sindicatos de Lisboa no ano de 2017 procurará:

- Promover iniciativas a partir de situações concretas que envolvam o maior número de sectores, procurando captar a atenção dos órgãos de Comunicação Social e dar uma visão de conjunto e distrital às reivindicações dos trabalhadores;
- Dar maior visibilidade às acções da USL e dos sindicatos, designadamente à Campanha contra a Precariedade a partir dos locais de trabalho, utilizando mais os meios audiovisuais.
- Melhorar a regularidade do Boletim “Lutar e Vencer”, divulgando os resultados alcançados por via da intervenção sindical;
- Melhorar a apresentação da nossa página (lay-out);
- Rentabilizar as acções de formação dadas pelo IBJC ou pela CGTP-IN de forma a munir dirigentes e funcionários sindicais de melhores capacidades para a produção da informação e propaganda quer em termos gráficos, quer em termos de conteúdo.
- Incentivar os sectores à realização de bancas junto de locais de trabalho com os materiais da campanha dos Direitos e sectoriais como instrumento de apoio à sindicalização e à divulgação dos direitos.

7 – ÁREAS ESPECÍFICAS DE INTERVENÇÃO SINDICAL

7.1 INTERJOVEM/LISBOA

A Interjovem/Lisboa, enquanto organização de jovens trabalhadores da CGTP-IN no distrito, irá continuar a intervir, em articulação com os sindicatos e estruturas do MSU, no sentido do desenvolvimento e intensificação da luta pela defesa, reposição e conquista de direitos.

Apesar dos avanços registados com a nova correlação de forças na Assembleia da República, estes têm-se revelado limitados e a juventude continua a enfrentar o flagelo da precariedade, dos baixos salários, dos horários desregulados e da falta de perspectivas de futuro, sendo necessário elevar o patamar de luta e a capacidade reivindicativa dos trabalhadores.

Na Conferência distrital da Interjovem/Lisboa e na 8ª Conferência Nacional da Interjovem, ficaram definidas linhas de intervenção que têm de ser concretizadas.

O trabalho dos sindicatos na Campanha Contra a Precariedade deve ter em conta um trabalho específico e dirigido para a juventude, com o envolvimento e intervenção dos jovens trabalhadores.

Na 8ª Conferência ficou definido o objectivo de sindicalizar 20.000 jovens trabalhadores durante o mandato. A região de Lisboa, pelas suas características, tem um papel especial nesta tarefa.

Neste sentido, a INTERJOVEM/Lisboa tem como objectivos e prioridades para 2017:

- **Proseguir e intensificar a intervenção da Interjovem nos locais de trabalho**, com base na Campanha Nacional de Combate à Precariedade e pelo emprego com direitos da CGTP-IN e em torno das questões específicas da juventude.
- **Assinalar o 28 de Março como Dia Nacional da Juventude** e afirmando as reivindicações dos Jovens Trabalhadores numa grande acção de massas;
- **Continuar a editar o seu Jornal de Parede**, que afirme a luta da juventude no distrito e aponte as orientações definidas pela Interjovem/CGTP-IN.
- **Desenvolver uma campanha de sindicalização**, que cumpra com o objectivo de sindicalizar 5000 jovens trabalhadores a nível nacional. A região de Lisboa, pelas suas características, terá de dar um importante contributo nesta matéria.
- **Trabalhar com o Movimento Sindical Unitário na região** para a participação de jovens trabalhadores no Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a realizar em Sochi, na Rússia, bem como o seu envolvimento no âmbito do Comité Nacional Preparatório.
- **Realizar um curso de formação sindical para jovens.**
- **Dinamizar e realizar iniciativas específicas**, que afirmem as reivindicações próprias da juventude, dinamizando a luta e o reforço da intervenção junto da juventude trabalhadora;

7.2 INTER-REFORMADOS

Das eleições de 4 de Outubro de 2015, resultou uma nova composição de forças na Assembleia da República e um quadro político substancialmente diferente do que vivemos nos quatro anos anteriores, esse período negro da nossa história recente, que correspondeu ao Governo PSD/CDS.

Esta evolução, não alheia à persistente luta travada pelos reformados organizados nas comissões de reformados nos seus sindicatos e no seio da Inter-Reformados, criou uma renovada esperança na recuperação do que fora perdido, mas também em novos avanços na conquista de melhores condições de vida.

Para a IR o OE 2016 representou uma tendência, embora tímida, no caminho da reposição de rendimentos e de uma maior justiça social. As orientações contidas no OE 2017, apesar de alguns aspectos positivos que não deixamos de registar, estão longe de satisfazer os reformados, os quais foram vítimas de congelamento e drásticos cortes nas suas pensões e outras prestações sociais ao longo dos últimos anos.

Além de participar nas lutas gerais do MSU, em conjunto com os trabalhadores no activo, a Inter-Reformados de Lisboa, agirá, no seio da USL, em articulação com a Inter-Reformados Nacional/CGTP (IRN), tendo presente a defesa dos direitos e interesses dos reformados, define nomeadamente como, **principais orientações da sua intervenção e prioridades para a acção reivindicativa em 2017:**

Pensões de reforma

- Aumento real de todas as pensões de reforma de forma a garantir a reposição gradual do poder de compra perdido desde 2011.
- Revogação das medidas relativas ao aumento da idade de reforma e da penalização do factor de sustentabilidade, repondo a idade de acesso legal à reforma para os 65 anos

Defesa dos Serviços Públicos e Funções Sociais do Estado

A IRL continuará a bater-se em consonância e articulação com as orientações emanadas das estruturas do MSU, pelo legítimo direito constitucional a serviços públicos de qualidade e às Funções Sociais do Estado,

Saúde, Apoio Social e Mobilidade

- A defesa do Serviço Nacional de Saúde e exigência da sua dotação com os recursos humanos e financeiros necessários.
- Alargamento da rede pública de lares de 3ª idade, de centros de dia e serviços de apoio domiciliário;
- Investimento na habitação e reabilitação urbana e a promoção do mercado social de arrendamento, o que passa pela revogação da “lei das rendas”;
- A redução do custo dos transportes colectivos para os reformados, nomeadamente a redução de 50% no custo dos passes sociais.

No plano da organização

Prosseguir o trabalho de organização definido no Plano de Organização Sindical dos Reformados aprovado no 7º Encontro da IR-Lisboa, realizado em Junho de 2015, nomeadamente os compromissos assumidos para o actual mandato, de que destacamos:

- Apoiar o reforço da organização das Comissões de Reformados já existentes e promover a formação de outras onde estas não existam;
- Garantir a necessária articulação com a IRN e outras estruturas de reformados do MSU, no planeamento e execução das acções reivindicativas específicas dos reformados;
- Dinamizar as frentes de trabalho criadas no âmbito da Direcção da IRL, proporcionando uma participação mais alargada dos seus quadros, nos domínios da Organização, da Acção Reivindicativa, da Acção Cultural e da Informação;

- Participar activamente na preparação e realização da 8ª Conferência da IR Nacional, no dia 10 de Fevereiro de 2017.

No plano da luta e acção reivindicativa

- Prosseguir o trabalho definido no Plano de Acção Reivindicativa aprovado no 7º Encontro da IRL.
- No planeamento e execução das acções, prosseguir a articulação com a IRN e intensificar a ligação às Comissões Sindicais de Reformados;
- Organizar acções de protesto e propostas orientadas para os reformados com expressão pública, incluindo manifestações, concentrações, tribunas públicas e outras formas de intervenção inovadoras que se entendam adequadas, de acordo com a oportunidade e capacidade de mobilização de recursos;
- Organizar o Almoço Comemorativo do 43º Aniversário da Revolução de Abril, previsto para 22 de Abril;
- Mobilizar os reformados para uma participação massiva na Manifestação do 1º de Maio; implantar e gerir a Cafetaria da IRL;
- Promover a unidade na acção com todas as Organizações que se identifiquem com os princípios de defesa dos direitos e interesses dos Reformados, Aposentados, Pensionistas mantendo e intensificando o bom relacionamento com a FARPIL, traduzido na convergência em lutas e acções concretas.

7.3 COMISSÃO DISTRITAL PARA A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS

As mulheres trabalhadoras nos últimos anos foram particularmente atingidas pela desregulação das relações de trabalho e pelo agravamento da exploração. Verificou-se um aumento dos ritmos de trabalho que impedem a concretização do princípio da conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal, reduzindo o tempo de repouso e de lazer.

A desigualdade salarial, o assédio moral, as doenças profissionais, a violação dos direitos de maternidade paternidade, partilha das tarefas domésticas e do trabalho de cuidado são realidades que urge continuar a combater pelas implicações que têm na vida das mulheres trabalhadoras e na sociedade.

EM 2017 a CDIMH irá procurar desenvolver iniciativas que contribuam para dar visibilidade ao problema das discriminações e que contribua para uma intervenção sindical mais qualificada em torno da igualdade de oportunidades e de tratamentos entre mulheres e homens.

Assim, a CDIMH propõe realizar:

- No primeiro semestre, um debate em torno dos horários de trabalho, os direitos de maternidade/paternidade e a conciliação entre o trabalho e a vida familiar e pessoal;
- Assinalar as comemorações do dia internacional da Mulher, no dia 8 de Março;
- Uma acção de formação sobre igualdade e não discriminação, no sentido de aumentar as competências dos quadros sindicais na área da igualdade e não discriminação
- Dinamização e participação na 7ª Conferencia Nacional da CIMH da CGTP-IN sob o lema “VALORIZAR O TRABALHO- EFECTIVAR A IGUALDADE” que se realiza no dia 2 de Junho de 2017.

7.4. TRABALHADORES IMIGRANTES

A maioria dos imigrantes que se encontram em Portugal são trabalhadores assalariados, frequentemente vítimas de discriminação no acesso ao emprego e nas condições de trabalho.

Neste sentido, assume particular importância a necessidade de dar mais atenção ao trabalho sindical a desenvolver junto desta camada de trabalhadores, bem como o reforço das relações com as estruturas representativas das comunidades imigrantes em Portugal nomeadamente, no âmbito das conclusões do Seminário “Trabalhadores Imigrantes em Lisboa”, que a USL em parceria com a CML organizou em Novembro de 2016.

Ao nível da acção a desenvolver nesta área destaca-se:

- A efectivação dos direitos em condições de igualdade e o combate a todas as formas de discriminação dos trabalhadores imigrantes;
- A dinamização da sua participação na actividade sindical, da sua sindicalização e possível eleição como representantes dos trabalhadores.

7.5. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Os cada vez mais elevados e exigentes ritmos de trabalho e em muitos casos a forma monótona ou repetitiva de os executar leva a que os trabalhadores estejam mais expostos aos riscos de ocorrência de acidentes de trabalho, muitos com consequências mortais e a um aumento da probabilidade de, num futuro próximo, virem a contrair doenças profissionais.

A chave do combate à sinistralidade laboral está na prevenção dos riscos profissionais e a responsabilidade pelo seu desenvolvimento cabe, em primeira instância, às entidades empregadoras, que não podem a pretexto algum deixar de assumir as suas obrigações em matéria de segurança e saúde no trabalho.

Assim, nesta frente de trabalho para o ano de 2017, em conjunto com os sindicatos, a USL propõe o seguinte:

- **Eleição de mais representantes dos trabalhadores para a segurança no trabalho e saúde**, garantir a efectivação deste direito nos locais de trabalho, bem como a criação das respectivas comissões de SST, com participação dos trabalhadores.
- **Reforçar a exigência de locais de trabalho seguros** e de um maior investimento na prevenção quer das doenças profissionais quer dos acidentes de trabalho.
- **O reforço do investimento** e o acesso gratuito à formação dos trabalhadores nesta área de trabalho.
- **Manter o acompanhamento aos sindicatos** para que sejam assinados mais protocolos com a ANDST.

8. TEMPOS LIVRES

A acção cultural e a prática desportiva devem ser encaradas como factores de progresso e desenvolvimento do ser humano!

O desenvolvimento da actividade desportiva e de tempos livres que envolvam trabalhadores e trabalhadoras a partir dos locais de trabalho com base no envolvimento e organização dos sindicatos são seguramente um bom meio para chegarem por esta via aos trabalhadores e uma

boa forma de captar a sua atenção para a importância da sindicalização e da ligação aos sindicatos, nomeadamente dos jovens trabalhadores.

Neste sentido a USL continuará a desenvolver trabalho sindical para que a prática desportiva entre trabalhadores tenha um acréscimo de participação em relação ao último ano que por si já foi superior aos anos anteriores.

A USL reforça o apelo aos sindicatos para que participem nas iniciativas desportivas e culturais da União e da CGTP-IN, sendo para isso importante ~~de~~ dinamizar as respectivas frentes de trabalho nos sindicatos relacionadas com esta área.

Para 2017 a USL mantém como objectivo a realização das seguintes iniciativas:

- 36ª Corrida 1º de Maio CGTP-IN
- XXVI Encontro de Cicloturismo USL/CGTP-IN a realizar no dia 5 de Outubro.
- Torneio de Futsal a realizar no mês de Junho ou Setembro
- Realização de duas Caminhadas, uma em Maio e outra em Setembro

9. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A USL continuará a desenvolver a sua acção internacional privilegiando o relacionamento e cooperação bilateral com as diversas organizações sindicais internacionais, de âmbito distrital ou regional, num trabalho de articulação estratégica com a CGTP-IN.

Destaca-se para o ano de 2017

- A participação na candidatura e um projecto Europeu da responsabilidade da UIL/Roma, em conjunto com EKA/Atenas e UGT/Madrid, sobre a pobreza junto dos trabalhadores da UE, com enfoque para as cidades capitais de Lisboa, Atenas, Madrid e Roma.
- A participação na XVI Conferência das Cidades Capitais Europeias que se realizará nos dias 8 a 10 de Março em Londres.

No quadro das suas relações com as organizações congéneres europeias, dentro ou fora do âmbito da sua participação na ECTUN, a USL procurará, em torno de questões relacionadas com os problemas e a luta dos trabalhadores, aprofundar o seu relacionamento com as organizações sindicais das cidades capitais do sul da Europa, nomeadamente, de Madrid, Paris, Roma e Atenas.

No plano da solidariedade internacional, a USL continuará a apoiar os trabalhadores e os povos que lutam pela soberania e independência dos seus países, pela paz, contra o jugo da ocupação militar e política das forças imperialistas.